



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

DJALMA BARROS E SILVA VASCONCELOS

**Capoeira e Ensino de História:**  
uma incursão pelos livros didáticos da educação básica

Recife  
2024

DJALMA BARROS E SILVA VASCONCELOS

**Capoeira e Ensino de História:**  
uma incursão pelos livros didáticos da educação básica

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco e deverá ser apresentado para obtenção de nota para Verificação de Aprendizagem da disciplina de TCC II.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Emilia Vasconcelos dos Santos

RECIFE 2024

## RESUMO

Até meados do século XX, a capoeira era uma prática marginalizada na sociedade. As pesquisas historiográficas sobre essa arte marcial revelam que os primeiros registros sobre ela estão predominantemente em documentos policiais. Com o tempo, a percepção e o tratamento da capoeira mudaram drasticamente: ela foi inicialmente proibida, depois legalizada e, eventualmente, reconhecida como patrimônio cultural. No entanto, a forma como a capoeira é abordada nos livros didáticos continua a desempenhar um papel crucial na perpetuação ou transformação dos paradigmas relacionados a essa arte. Com isso em mente, analisei a abordagem da capoeira em diversos livros didáticos utilizados na Rede Pública de Pernambuco.

**Palavras Chave:** Capoeira. Livro Didático. Ensino de História.

## ABSTRACT

Until the mid-20th century, capoeira was a marginalized practice in society. Historiographical research on this martial art reveals that the first records about it are predominantly in police documents. Over time, the perception and treatment of capoeira changed significantly: it was initially banned, then legalized, and eventually recognized as cultural heritage. However, the way capoeira is approached in textbooks continues to play a crucial role in perpetuating or transforming paradigms related to this art. With this in mind, I analyzed the approach to capoeira in several textbooks used in the Pernambuco Public Network.

**Keywords:** Capoeira. Textbook. Teaching History.

## RESUMEN

Hasta mediados del siglo XX, la capoeira era una práctica marginada en la sociedad. Las investigaciones historiográficas sobre este arte marcial revelan que los primeros registros sobre él se encuentran predominantemente en documentos policiales. Con el tiempo, la percepción y el tratamiento de la capoeira cambiaron significativamente: inicialmente fue prohibida, luego legalizada y finalmente reconocida como patrimonio cultural. Sin embargo, la forma en que se aborda la capoeira en los libros de texto sigue desempeñando un papel crucial a la hora de perpetuar o transformar paradigmas relacionados con este arte. Teniendo esto en cuenta, analicé el abordaje de la capoeira en varios libros de texto utilizados en la Red Pública de Pernambuco.

**Palabras clave:** Capoeira. Libro de texto. Enseñanza de la Historia.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>A CAPOEIRA E OS LIVROS DIDÁTICOS</b>	<b>8</b>
<b>7º's ANOS</b>	<b>9</b>
<b>9º's ANOS</b>	<b>13</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>18</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>19</b>
<b>ANEXO 1</b>	<b>21</b>

## INTRODUÇÃO

Desde que comecei a praticar capoeira, ouvi muitas histórias de mestres, professores e amigos que conectavam a capoeira à história do Brasil. Essa vivência despertou em mim uma curiosidade que se intensificou quando ingressei no curso de História, levando ao desenvolvimento deste artigo. Por que há tantos assuntos sobre a capoeira que não são contados na educação básica?

A resposta a essa pergunta surgiu das minhas experiências acadêmicas, incluindo leituras e debates. Compreendi que a exclusão da capoeira dos livros didáticos estava profundamente ligada a questões de raça e classe. No entanto, muita coisa mudou após a promulgação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na educação básica. A partir de então, a capoeira passou a ser incorporada nos materiais didáticos.

A lei trouxe um grande avanço para o ensino de História, mas quando nos detemos especificamente sobre a capoeiragem, ainda há elementos que podem ser melhorados. Afinal, como bem diz Oliveira e Leal:

“Nesse sentido, duas questões cruciais aparecem no problema de “transmissão” desse conteúdo: 1) o livro didático é um instrumento difusor de preconceitos sobre os quais os professores, na maioria das vezes, não estão preparados para trabalhar; 2) por outro lado, existe a dificuldade do educador em construir conhecimentos a partir do enunciado, ou seja, o professor teria que estar instrumentalizado para o aprofundamento do conteúdo do livro didático. Essas duas questões levam a uma outra, que as contempla: a concepção do ensino de História.” (OLIVEIRA e LEAL, p.67, 2009).

Quando se discute a capoeira em sala de aula, é comum que todos os professores mencionem rapidamente seu status como patrimônio histórico imaterial. No entanto, há pouca discussão sobre o papel dessa luta nos processos históricos do Brasil. Como o livro didático é a principal ferramenta utilizada pelos docentes, é fundamental questionar os paradigmas relacionados a essa arte marcial que ele perpetua.

As abordagens que compreendem a capoeira enquanto um simples jogo, que reduzem ela apenas à condição de Patrimônio, ou que não discorrem sobre sua presença em alguns processos históricos nacionais, tratando-a de maneira folclorizada, acabam diminuindo o papel dela enquanto uma luta que representou a resistência para muitos escravizados e libertos.

Por isso, me propus a avaliar a linguagem verbal e não verbal tratada nos livros didáticos nos textos principais, boxes, nas fotos expressas nas abordagens que os autores dos livros didáticos trazem sobre a capoeiragem. Visto isso, Oliveira e Leal discorrem sobre o processo de estigmatização sobre o capoeira na educação básica dizendo:

“A veiculação de uma imagem estigmatizada do capoeira compromete a aprendizagem do educando sobre os conteúdos que circundam uma história social que tem como protagonistas homens e mulheres das camadas populares. Este é o caso da capoeiragem e de seus agentes” (OLIVEIRA e LEAL, p. 59, 2009).

Os autores discutem o estigma de criminalização que recai sobre os capoeiristas na escrita de diversos livros, e essa perspectiva pode orientar nossa reflexão ao analisarmos como a capoeira é abordada nos livros didáticos da educação básica.

Para isso, escolhi trabalhar com dois livros aprovados no PNLD de 2020 e 2024, as avaliações mais recentes disponíveis. Esses livros são utilizados por cerca de quatro anos nas escolas públicas de Pernambuco, o que nos permite compreender as narrativas sobre a capoeira atualmente em circulação nessas instituições.

É importante considerar que a produção dos materiais didáticos é influenciada pelos interesses de entidades privadas e do poder público. Esses materiais são produtos inseridos nos setores editoriais e na indústria cultural, desenvolvidos com o objetivo de lucro desde sua concepção até sua venda. Portanto, eles devem atender às exigências do mercado educacional e do PNLD. Assim, é essencial observar como essa luta é abordada na educação básica, pois isso reflete não apenas a percepção do autor e do mercado editorial, mas também a forma como será abordada em sala de aula. Nesse contexto, Cirino afirma que:

“Interesses políticos, sociais e financeiros marcam o processo de produção dos manuais didáticos, constituindo um complexo jogo de interesses. Como mercadoria, os manuais envolvem administração pública, editoras privadas (nacionais e estrangeiras) e profissionais da educação, que validam os livros como importante instrumento pedagógico e político. Assim sendo, os manuais didáticos de história são mobilizados a desenvolver a consciência histórica a partir das categorias de cidadania e identidades coletivas, de modo a atender demandas do presente, sem questionar de maneira crítica as estruturas e hierarquias que respaldam a narrativa nacional.” (CIRINO, p. 14, 2020).

Esta análise sobre o PNLD e os livros didáticos é necessária, pois eles são amplamente utilizados na educação básica. A esse respeito, Rodrigues destaca:

“No Brasil, tornou-se um hábito cultural muitos professores, obviamente com exceções, seguir o livro didático em sua prática pedagógica cotidiana, algumas vezes sem questioná-lo quanto às formas, significados e representações que os conteúdos são apresentados, mesmo sendo de sua responsabilidade e tendo toda autonomia para selecionar o quê e como trabalhar os conteúdos.” (Rodrigues, p.23, 2018).

Essas percepções me motivaram a analisar e comparar alguns materiais didáticos, identificando possíveis melhorias e aspectos que poderiam ser abordados sob diferentes perspectivas. De antemão, ressalto que este artigo não tem o intuito de criticar negativamente os livros didáticos em questão, tampouco de desmerecer seus autores. O objetivo é destacar tanto os pontos positivos quanto os negativos na abordagem específica da capoeira e dos elementos históricos a ela relacionados.

## **A CAPOEIRA E OS LIVROS DIDÁTICOS**

A análise dos materiais didáticos começará pelo 7º ano, seguida pelo 9º ano. O objetivo deste tópico é examinar como a capoeira é abordada nos livros didáticos, avaliando se ela é apresentada como parte integrante da história nacional, como um símbolo de resistência e uma ferramenta de luta contra as opressões sofridas pelos negros escravizados no Brasil.

A escolha dessas duas séries se baseia nos dois recortes cronológicos apresentados pela BNCC<sup>1</sup> para a educação básica na história do Brasil. O 7º ano tem como competência da Base Nacional, abordar os temas relacionados à colonização e o 9º ano tem como competência trabalhar o recorte cronológico relacionado ao período da República. Esses dois períodos são fundamentais para compreender a trajetória histórica da capoeira, que é o tema central deste artigo.

## 7º's Anos

O primeiro livro a ser analisado é "Conexões e Vivências" de Silvia Panazzo e Maria Luísa Vaz, destinado ao 7º ano. A análise começa na página 143, no tópico intitulado "A resistência africana". Curiosamente, as autoras enfocam a resistência africana nas irmandades religiosas, comuns na época, e na religiosidade trazida da África. Isso porque diante do senso comum, a resistência surge como sinônimo de luta, guerras e conflitos. E as autoras trouxeram uma perspectiva distinta, pondo manifestações culturais que não estão vinculadas necessariamente à dinâmicas de violência como um exemplo de resistência.

Inicialmente, o livro do 7º ano não apresenta o papel da capoeira como instrumento de combate durante o período colonial. Muito embora seja comum a associação da capoeira com este período histórico, há poucos registros da prática antes do XIX, ou seja, as autoras acompanharam o que a historiografia oferece sobre a resistência escrava e a capoeira naquele contexto. Talvez seja por isso que as autoras propuseram a resistência em apenas dois aspectos culturais, como a religiosidade africana e as irmandades religiosas católicas.

A ausência da capoeira no material elaborado por Panazzo e Vaz não desqualifica o livro. Pelo contrário, as autoras estabelecem conexões muito pertinentes, como a institucionalização do racismo<sup>2</sup> como consequência do processo de escravidão, além de abordarem a formação dos quilombos e sua relação com a atualidade, a partir da página 146.

---

<sup>1</sup>BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular** (BNCC). Brasília: MEC, 2017.

<sup>2</sup> PANAZZO, Silvia; VAZ, Maria Luísa. **Conexões & Vivências: história**, 7: ensino fundamental: anos finais. 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, p. 145, 2022.

Como segundo material analisado, passarei a tratar sobre o livro de Alfredo Boulos, ainda no 7º ano, “História, Sociedade e Cidadania”. E dentro do capítulo 10, no tópico “Resistência” a capoeira surge como sendo um dos pilares da resistência escrava diante do processo de exploração na colônia. Segundo o autor, a resistência consistia em uma oposição significativa diante das explorações e abusos promovida por aqueles que escravizaram. E no primeiro parágrafo da página 232 ele cita a capoeira como uma forma de resistência, como mostra a imagem a seguir.

### **IMAGEM 1: A RESISTÊNCIA ESCRAVA POR ALFREDO BOULOS**

**Capoeira:** dança e luta ao mesmo tempo, a capoeira foi uma forma de diversão e defesa desenvolvida no Brasil pelos africanos e seus descendentes.

**Congado:** tipo de dança dramática que representa a coroação de um rei (e, às vezes, de uma rainha) do Congo, constituída de um cortejo com passos e cantos, em que a música acompanha a expressão dramática dos textos, e que se caracteriza pela embaixada e por lutas simbólicas de espada.

**Reisado:** festa popular que se realiza na véspera e no Dia de Reis. Tipo de auto natalino surgido no final do século XIX, difundindo-se no Norte e Nordeste; é constituído de um figurante acompanhado por um coro cantando peças em sequência.

## Resistência

Onde houve escravidão no mundo, houve resistência. No Brasil, não foi diferente. O excesso de trabalho, a disciplina rigorosa, os castigos, o fato de o senhor não cumprir com a promessa de libertar o escravizado quando este conseguia juntar dinheiro para comprar sua carta de alforria, tudo isso provocou diferentes formas de resistência. Os escravizados resistiam praticando religiões de origem africana; jogando **capoeira**; promovendo festejos, como o **congado**, o **reisado**, o jongo; e fundando irmandades.

As irmandades eram associações organizadas por leigos e que tinham sede em igrejas católicas. Para que uma irmandade funcionasse, era necessário que tivesse seus estatutos aprovados por uma autoridade da Igreja Católica. As irmandades promoviam: o culto aos seus santos padroeiros; a cooperação entre seus membros para construir, reformar ou ornamentar uma igreja; a assistência mútua entre seus integrantes. A assistência era de ordem **material** (protegendo suas famílias da pobreza) e **espiritual**, garantindo aos integrantes apoio na hora da morte (missa de corpo presente, sepultamento digno e orações em sua intenção).



Crianças quilombolas ►  
jogam capoeira durante  
Festa de Cultura Afro  
em homenagem ao Dia  
da Consciência Negra.  
Araruama (RJ), 2015.

232

Figura 1- Fonte: História & Sociedade (BOULOS,2022, p.232)

Em geral, percebe-se que o autor cita a capoeira como uma prática desportiva, talvez inofensiva, e a imagem que acompanha o texto traz um aspecto lúdico sobre a arte marcial em questão para os estudantes que acompanham o tópico do livro. Além disso, em um box na lateral da página, juntamente com o Congado e o Reisado, ele descreve a capoeira como: “Capoeira: dança e luta ao

mesmo tempo, a capoeira foi uma forma de diversão e defesa desenvolvida no Brasil pelos africanos e seus descendentes.” (BOULOS, p. 232, 2022).

A história da capoeira é marcada por conflitos de classes sociais e por uma série de processos históricos, desde a vinda da África com golpes e movimentos inspirados em animais, passando pelas perseguições nos matagais durante o período colonial, até a proibição durante a República e as alianças políticas no início do século XX. No entanto, ao restringir a capoeira apenas a um “jogo”, ocultamos a rica história de resistência escrava que se expressou por meio dessa luta.

Por isso, é importante que os manuais utilizem de instrumentos para facilitar essa compreensão da formação da capoeira como patrimônio e todo o percurso que ela passou ao longo da história do Brasil. Uma das ferramentas que pode auxiliar nesse objetivo é o Inventário para o Registro e a Salvaguarda da Capoeira como patrimônio Cultural do Brasil<sup>3</sup>.

Este documento buscou conectar a história da capoeira com sua prática contemporânea, reconhecendo sua evolução ao longo do tempo. Além de registrar a história, o dossiê também se concentra em documentar as práticas atuais da capoeira, incluindo as rodas, os rituais e os saberes dos mestres. Isso permite uma compreensão mais profunda de como as tradições são mantidas e transformadas na contemporaneidade. Talvez este seja o paradigma para tratar a história da capoeira dentro dos livros didáticos, para os alunos da educação básica, sempre que a luta for pertinente ao assunto.

No entanto, Boulos aborda essa percepção apenas no manual do educador, onde ele destaca a importância da capoeira no contexto histórico da formação nacional em um box na lateral direita da página de atividades do mesmo capítulo.

## **IMAGEM 2: ATIVIDADES SUGERIDAS**

---

<sup>3</sup>INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Dossiê para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil**. Brasília: IPHAN, 2007. 105 p.



▲ Roda de capoeira, Salvador (BA), 2019.

- Que instrumentos musicais utilizados na roda de capoeira são citados na música?
- A capoeira caracteriza-se por movimentos ágeis (golpes) utilizando os pés, as mãos, misto de dança e luta. Transcreva os nomes de alguns golpes da capoeira citados na música.
- O que é capoeira?
- O que representava a capoeira para os negros escravizados?
- Em 2014, a capoeira foi considerada Patrimônio Cultural Imaterial pela Unesco. Qual a importância deste título?
- Você já participou de uma roda de capoeira? Se sim, conte como foi.

9 Lela o que diz uma historiadora. 9. Alternativa D. **8. e) É uma forma de valorização da cultura afro-brasileira e da história da resistência negra no Brasil, durante e após a escravidão.**

A garantia de uma boa morte, com funeral, tumba e missa, é um tema tratado com grande cuidado nos compromissos das irmandades negras. Os altíssimos custos que envolviam esses ritos, além da importância da **ancestralidade** para os africanos, certamente foi um atrativo ímpar para o ingresso numa fraternidade.

**Ancestralidade:** legado recebido dos ancestrais.

REGINALDO, Lucilene. Irmandades. In: SCHWARCZ, Lúlia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. *Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 273.

Com base na leitura desse texto, avalie as afirmações a seguir.

- Um dos motivos que levava os africanos e seus descendentes a ingressarem em uma irmandade era o direito a uma "boa morte" (funeral, sepultamento e missa).
- Os africanos escravizados e seus descendentes davam grande importância à ancestralidade e sabiam que os ritos envolvendo a morte eram muito caros.

- Somente a afirmação I está correta. **8. a) Berimbau, pandeiro e atabaque.**
- Somente a afirmação II está correta. **8. b) Meia-lua, rasteira, martelo e pisão.**
- Ambas estão corretas, e a II não justifica a I. **8. c) Capoeira é dança e luta ao mesmo tempo; a capoeira foi uma forma de diversão e de defesa desenvolvida no Brasil pelos africanos escravizados e seus descendentes.**
- Ambas estão corretas, e a II justifica a I. **8. d) Uma forma de resistência à escravidão e de se divertir cantando, dançando e tocando em uma roda.**

243

### TEXTO DE APOIO

#### Sou guerreiro do quilombo, quilombola

Fomos trazidos pro Brasil  
Minha família separou  
Minha mana foi vendida  
Pra fazenda de um senhor  
[...]  
Na mente trago tristeza  
E no corpo muita dor

Mas olha um dia  
Pro quilombo eu fugi  
Com muita luta e muita garra  
Me tornei um guerreiro de Zumbi  
[...].  
A liberdade  
Não tava escrita em papel [...]  
Foi feita com sangue e muita dor  
Guerras, lutas e batalhas  
Foi o que nos libertou

Autoria: Mestre Barrão

Músicas como essas são entoadas nas rodas de capoeira, não em tom de lamento, mas como gritos de luta e força, em que se alternam o cantor – papel conferido usualmente aos mestres de capoeira – e o coro, acompanhados da orquestra de berimbaus, pandeiros e atabaques, constituindo um verdadeiro ritual, animado por cantos e responsórios, palmas e expressão corporal. Ao som do berimbau, diz-se: – Iê dá volta ao mundo!, momento em que os capoeiristas em uma grande roda são convocados a dar início a um jogo de vaivém de luta e dança de corpos ágeis dispostos em duplas – em que se combinam a ginga, o rabo de arraia e o chapéu de couro, entre outros movimentos – dando ensejo a uma *performance* coletiva e comunitária, em que músicos, cantores e jogadores da capoeira mais e menos experientes se desafiam uns aos outros e se confraternizam. Herdeira da diáspora africana no Brasil, a capoeira foi uma resposta marcante e duradoura dada pelo negro ao sistema escravagista, cruel e desumano, imposto pelo colonizador europeu. Portanto, uma prática ancestral que se originou nas senzalas, fruto da luta do fraco contra o mais forte, em que a astúcia era uma das únicas armas para enfrentar a força do opressor, tornando-se uma das mais importantes manifestações da cultura de resistência do negro escravizado no Brasil Colonial.

Das senzalas foi levada aos quilombos, dos quilombos aos centros urbanos, e os grandes focos de capoeiristas concentraram-se inicialmente em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, expandindo-se, posteriormente, para São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Embora hoje reconhecida como patrimônio cultural, enfrentou a discriminação e o preconceito por vários séculos. Não se pode esquecer que sua prática foi considerada crime e incluída como tal no Código Penal Brasileiro, cujo decreto foi revogado apenas em 1937. De acordo com Chalhoub, a formação da cidade negra, referindo-se à cidade do Rio de Janeiro, de 1830 a 1870, representou, na verdade, uma forma de instituir a cidade como espaço de luta política pela liberdade.

AMARAL, Mônica Guimarães Teixeira dos; SANTOS, Valdenor Silva dos. Capoeira, herdeira da diáspora negra do Atlântico: de arte criminalizada a instrumento de educação e cidadania. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 62, p. 54-73, dez. 2015, p. 55-56.

243

Fi Figura 2 - Fonte: Manual do Professor: História & Sociedade (BOULOS, 2022, p.243)

Percebe-se que enquanto nos livros destinados aos discentes o conteúdo esteja pouco explorado, no manual do educador, Boulos faz um arrazoado conciso sobre a prática e a capoeira como um todo. Ele expressou a dinâmica da luta tanto

nas rodas de rua com a musicalização nos dias atuais, quanto na sua difusão e permanência ao longo da história nacional. O autor continua a apresentação da capoeira para os professores definindo o percurso que esta “Herdeira da diáspora africana” passou pelos espaços rurais e urbanos, além de se formar nos Estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, difundindo-se para outros locais como Minas Gerais e São Paulo. Por fim, ele descreve as perseguições que a arte marcial sofreu até sua legalização.

## 9ºs Anos

Após discutirmos os materiais do 7º ano, é necessário analisar os conteúdos abordados no 9º ano. Essa série do Ensino Fundamental é responsável por explorar o início do século XX, um período crucial da história nacional em que a capoeira se destaca em diversos contextos. Com isso em mente, torna-se pertinente questionar como e se a capoeira é tratada nos livros didáticos desse ano.

Começarei pela análise do livro de Alfredo Boulos Júnior, que aborda com competência o início da República, integrando elementos que destacam o papel da população negra no período pós-abolição e no início do século XX. No final do capítulo 1, o autor discute o associativismo negro e a imprensa negra, ressaltando suas contribuições durante essa época. Além disso, na página 69, Boulos menciona a Frente Negra e descreve a importância desse movimento para a população afrodescendente durante o período Vargas.

Esses dois momentos da história nacional coincidem com a capoeira sendo utilizada como uma ferramenta de combate político, inclusive em alianças eleitorais. A partir de 1890, a capoeira passou a ser perseguida pelo Código Penal, conforme estabelecido pelo Decreto 847 da República dos Estados Unidos do Brasil:

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:

Pena - de prisão celular por dois a seis meses.

Parágrafo único. É considerado circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta. Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidência, será aplicada à capoeira, no grau máximo, a pena do art. 400.

Parágrafo único. Se for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Se nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, perturbar a ordem, a tranquilidade ou segurança pública, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas combinadas para tais crimes. <sup>4</sup>

Desde o pós-abolição, a perseguição à capoeira tem sido legitimada pela cor de quem a pratica. De 1890 até 1937, a capoeira permaneceu ilegal, até que Getúlio Vargas legalizou sua prática. Na página 78, Boulos destaca uma icônica foto de Mestre Bimba cumprimentando Getúlio Vargas. Ao lado da foto, o autor cita a seguinte declaração do presidente: “A capoeira é o único esporte verdadeiramente nacional”, ocasião em que Getúlio Vargas, em 1953, presenciou a apresentação de Mestre Bimba em Salvador (BA).

### **IMAGEM 3: A DIP, MESTRE BIMBA E GETÚLIO VARGAS**

---

<sup>4</sup> Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d847.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm)>

## O DIP e a propaganda varguista

Como vimos, o governo Vargas regulamentou leis trabalhistas, como salário mínimo, férias, limitação de horas de trabalho, segurança, carteira de trabalho e justiça do trabalho, entre outras. Ao mesmo tempo, propagandeou esses benefícios a fim de despertar no trabalhador sentimentos de gratidão e retribuição ao presidente. Em 1939, Vargas criou o **Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)**, órgão encarregado de fazer a propaganda e a censura, subordinado diretamente ao presidente da República. Inspirado nas técnicas de propaganda fascistas, o DIP buscava identificar Vargas ao povo e ao Brasil. Com esse fim, produzia programas de rádio, documentários cinematográficos, cartazes, folhetos e cartilhas que mostravam o presidente cumprimentando crianças, dando esmolas ou exaltando o trabalho e o patriotismo.

“A capoeira é o único esporte verdadeiramente nacional”, disse Getúlio Vargas, em 1953, ao presenciar apresentação de Mestre Bimba em Salvador (BA).



Mas, além disso, o DIP também exercia severa censura sobre jornais, revistas, rádio, cinema e demais manifestações culturais. O controle sobre os meios de comunicação era tão grande que, a partir de 1940, o DIP negou o registro a 420 jornais e 346 revistas. Além disso, cassou o registro daqueles que faziam críticas ao governo.

**Hora do Brasil:** programa radiofônico criado em 1938 e transmitido diariamente por todas as estações de rádio.

Os meios de comunicação de massa mais usados pelo governo Vargas foram o jornal e o rádio. Por meio do rádio, o presidente fazia sua voz chegar à casa do trabalhador que, com a sua família, esperava a **Hora do Brasil** para ouvi-lo. A propaganda oficial de Vargas fez uso também de manifestações culturais com fortes raízes populares, como o samba e a capoeira, que foram transformados à época em símbolos nacionais.

78

Figura 3- Fonte: História & Sociedade (BOULOS, 2022, p. 78)

Há uma dissociação entre a imagem e o simbolismo que ela deveria representar. A foto mostra o responsável por buscar legalizar a capoeira, Mestre Bimba, que trabalhou para estabelecer padrões na prática e garantir seu espaço no cenário nacional. No entanto, na página do livro didático, a foto é usada para ilustrar o caráter populista de Vargas, destacando a criação do Departamento de Imprensa e

Propaganda (DIP) e sua tentativa de se aproximar do povo brasileiro, sem mencionar o papel crucial da capoeira nesse contexto.

Seria pertinente incluir uma descrição sobre quem foi Mestre Bimba e sua importância para a capoeira, da mesma forma como o autor descreveu a Frente Negra na página 69. Afinal, o retrato na página 78 não oferece qualquer explicação sobre o porquê de Mestre Bimba estar fazendo a apresentação, nem sobre o contexto da fala de Getúlio Vargas, que, além de ser uma declaração ufanista, está diretamente relacionada ao fato de ele ter legalizado a prática da capoeira. Em suma, a foto isolada omite cerca de 40 anos de história que envolvem essa luta.

Após a análise do livro de Alfredo Boulos, voltarei minha atenção para *Conexões e Vivências*, de Panazzo e Vaz. O capítulo a ser examinado é o 3, intitulado "República mestiça", que traça uma linha de raciocínio ao abordar a formação da estrutura racista brasileira ao longo do século XIX. Em seguida, o capítulo explora as dinâmicas sócio-urbanas, as relações de resistência e, por fim, a diversidade e as manifestações culturais.

Na página 36, no tópico "Manifestações Culturais de Matriz Africana," as autoras destacam claramente o papel da capoeira como forma de resistência durante o período republicano. Ademais, descrevem o processo de perseguição política e jurídica da capoeira pelo Código Penal de 1890, e em seguida, abordam a importância de Mestre Bimba nesse contexto.

Para as autoras,

“Somente em 1935 a capoeira foi retirada da marginalidade. Para isso contribuiu a ação de Mestre Bimba, capoeirista de Salvador, que estabeleceu normas como: prática nas academias, não mais nas ruas; adoção de uniformes pelos praticantes e participação apenas de quem tinha ocupação como trabalhador e estudante. Ele defendia que a capoeira fosse colocada na condição de arte marcial brasileira; por isso, fundou a capoeira regional, que se diferencia da capoeira tradicional (denominada de Angola) por seu estilo menos ritualístico e sua identificação como luta regional baiana.” (PANAZZO e VAZ, p. 36, 2024).

As autoras ao final escrevem que a roda de capoeira se tornou Patrimônio Cultural e Imaterial da Humanidade e, em seguida, sugerem a consulta ao dossiê sobre a capoeira e sua trajetória como patrimônio. Embora o material do 7º ano não tenha explorado a capoeira nas primeiras décadas de colonização, no 9º ano, as

autoras conseguiram desenvolver uma linha de raciocínio e uma cronologia que apresentam a capoeira como um símbolo de resistência diante de tantos processos de apagamento dentro da formação da história nacional até a sua consagração enquanto patrimônio cultural.

## IMAGEM 4: MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DE RAIZ AFRICANA POR SILVIA PANAZZO E MARIA LUIZA VAZ

### Orientações

Esclareça aos estudantes que a capoeira é considerada uma arte marcial brasileira de raiz africana. Embora tenha sido marginalizada, hoje é considerada Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Pergunte se há praticantes de capoeira na turma e permita a livre manifestação dos estudantes. Em um clima de diálogo, incentive-os a relatar eventuais vivências dessa prática cultural. Caso haja alguma manifestação de preconceito em relação à capoeira e aos capoeiristas, problematize-a e estimule uma reflexão crítica pautada no multiculturalismo e na valorização da diversidade étnico-cultural da formação social do Brasil.

### Respostas

1. Espera-se que o estudante infira que o título concedido valoriza a capoeira e a origem africana dessa manifestação cultural, destacando à comunidade internacional a diversidade da cultura brasileira e valorizando a contribuição dos afrodescendentes para a história e cultura nacionais. Além disso, a prática da capoeira representou uma forma de resistência à escravidão e, depois, ao preconceito racial – e o título valoriza também esse aspecto.

### Manifestações culturais de raiz africana

Embora a escravidão tivesse sido abolida formalmente em 1888 com a Lei Áurea, sobre as populações negras e mestiças ainda havia o **estigma** de quase quatro séculos de cativeiro, que se fazia sentir não só pelo acesso restrito à cidadania e pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho mas também pela proibição de práticas culturais de raiz africana.

Em Salvador, tradições populares como batuques e **afoxé** foram criminalizadas. O **Código Penal** de 1890 tornou ilegais os cultos africanos e a capoeira. No Rio de Janeiro, os capoeiristas enfrentaram severa perseguição da polícia. Muitos capoeiristas adotaram codinomes para dificultar sua identificação por delatores.

Somente em 1935 a capoeira foi retirada da marginalidade. Para isso contribuiu a ação de Mestre Bimba, capoeirista de Salvador, que estabeleceu normas como: prática nas academias, não mais nas ruas; adoção de uniforme pelos praticantes e participação apenas de quem tinha ocupação como trabalhador ou estudante. Ele defendia que a capoeira fosse colocada na condição de arte marcial brasileira; por isso, fundou a capoeira regional, que se diferencia da capoeira tradicional (denominada Angola) por seu estilo menos ritualístico e sua identificação como luta regional baiana.

Em novembro de 2014, a roda de capoeira recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), fato que amplia a visibilidade da herança cultural africana e da diversidade da cultura brasileira.

### Foco na BNCC

A atividade do boxe **Questionamentos** auxilia no desenvolvimento da competência geral **9**, das competências específicas de Ciências Humanas **1, 3 e 4** e das competências específicas de História **1, 2 e 3**.



Jogo de capoeira em Salvador (BA), 1946.

### AQUI TEM HISTÓRIA

**Acesse**  
**Roda de capoeira e ofício dos mestres de capoeira**  
 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/DossieCapoeiraWeb.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2022.

Textos e imagens que resgatam a história da capoeira como manifestação cultural articulada aos contextos socioculturais e políticos do Brasil.

### Atividades complementares

Para desenvolver as competências gerais **3** e **9** e a competência específica de Ciências Humanas **4**, procure fazer um trabalho Interdisciplinar com o professor de Educação Física sobre a importância da capoeira.

A atividade pode associar a prática da capoeira tanto a um mecanismo de resistência cultural praticado por africanos e afrodescendentes no Brasil quanto a uma forma importante de condicionamento físico.

Para isso, podem ser organizados alguns Jogos de capoeira para a turma, recriando os cenários dessa prática e seu significado histórico.

36

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

Figura 4- Fonte: Manual do professor: Conexões e Vivências (PANAZZO e VAZ, 2022, p. 36)

As autoras descrevem a capoeira e os processos históricos a ela relacionados de forma clara, ressaltando o fechamento de um ciclo que vai desde seu surgimento no Brasil até seu reconhecimento como patrimônio. No entanto, o que chama mais atenção são as orientações que elas oferecem no manual dos professores, apresentadas na margem superior esquerda da figura 4. Elas afirmam que a capoeira é considerada uma arte marcial, sugerem a participação dos estudantes em debates sobre a prática da capoeira e outras manifestações culturais, e incentivam a problematização em torno da prática da capoeira.

## **CONCLUSÃO**

Acredito que a abordagem da capoeira no último ano do Ensino Fundamental facilite a compreensão de sua importância na história nacional. Isso porque é durante o 9º ano que o recorte cronológico da história nacional se “afunila” para a concretização da capoeira como patrimônio. Ao final deste ano letivo, os estudantes já passaram por diversos períodos históricos nacionais em que a capoeira pode ser mencionada desde o período da Colônia até a República. Talvez tenha sido esta a razão pela qual as autoras não a exploraram no 7º ano. Ao analisar o livro de Boulos, nota-se que, quando ele menciona a capoeira no 7º ano, ela já é apresentada como Patrimônio. Esse fato gera um hiato temporal, pois a luta não é discutida em relação ao período imperial e republicano, deixando de fora informações relevantes até sua titulação pela UNESCO.

Ambos os trabalhos são relevantes para a formação do conhecimento histórico sobre a capoeira, mas o fazem de maneiras distintas. A abordagem nos manuais de Alfredo Boulos fornece ao professor o papel de descrever os processos vivenciados pela capoeira ao longo da história. Embora o conteúdo não seja apresentado de forma completa para os alunos, ele garante que o professor tenha uma base sólida para ministrar as aulas, fundamentada nas experiências relacionadas a essa luta.

Silvia Panazzo e Maria Luísa Vaz são precisas no 9º ano ao descrever para os estudantes a história da capoeira, abrangendo sua chegada, formação, difusão e as dinâmicas de perseguição que a luta enfrentou ao longo do processo histórico do

Brasil. Essa abordagem nos manuais dos alunos possibilitou que, no livro destinado aos professores, elas apenas sugerissem que as discussões sobre o tema servissem como ponto de partida para aprofundar o conhecimento da luta e fomentar debates entre os alunos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania: 9o ano: ensino fundamental: anos finais**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2022.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania: 7o ano: ensino fundamental: anos finais**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2022.

CIRINO, Raissa Vieira. A independência do Brasil nos livros didáticos de história. São Luís: **Almanack**, Guarulhos, Scielo 2020.

DUTRA, Beatriz dos Santos. A valorização da identidade negra nas escolas. Universidade GNARUS - 127 **Gnarus Revista de História** - VOLUME XII - Nº 12 - DEZEMBRO - 2021 Federal de Minas Gerais, Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT Programa de PósGraduação Lato-Sensu–Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. Belo Horizonte, 2016.

GOMES, Nilma Lino. Cultura Negra e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, Maio/Jun/Jul/Ago 2003.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais Educação e Descolonização dos Currículos. **UFMG - Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

GARCIA, Rodrigo Santiago Da Silva. **Entre história e ladainhas de capoeira: uma possível narrativa no ensino de história**. Porto Alegre: Mestrado Profissional em Ensino de História do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – ProfHistória/UFRGS, 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Dossiê para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil**. Brasília: IPHAN, 2007. 105 p.

OLIVEIRA, J. Pires De; LEAL, Luiz Augusto P. **Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da capoeira no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2009.

PANAZZO, Silvia; VAZ, Maria Luísa. **Conexões & Vivências: história, 9: ensino fundamental: anos finais**. 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2022.

PANAZZO, Silvia; VAZ, Maria Luísa. **Conexões & Vivências: história, 7: ensino fundamental: anos finais**. 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2022.

PIRES, Antônio Liberac Simões. **A Capoeira no jogo das cores: criminalidade, cultura e racismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1937)**. Tese de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1996.

PIRES, Antônio Liberac Simões. **Movimentos da cultura afro-brasileira: a formação histórica da capoeira contemporânea (1890-1950)**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2001.

RODRIGUES, Evandro Rodrigues. **A representação do africano e afro-brasileiro nos livros didáticos de história após a Lei 10.639/03: entre escritos e perspectivas docentes**. Cáceres, 2018.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A Capoeira escrava no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Biblioteca Central da Unicamp, 1998. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

SODRÉ, Muniz. **Santugri: histórias de mandinga e capoeiragem**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988a.

SOUSA, Cláudio Barbosa de. **Marinheiros em luta: a Revolta da Chibata e suas representações**. 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) -

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Orientador: Adalberto de Paula Paranhos.

## **ANEXO 1**

### Critérios de Formatação

A formatação deste trabalho seguiu as diretrizes dadas pela **Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**.

### Forma e preparação de manuscritos

Os textos enviados em Língua Portuguesa devem estar escritos conforme o Novo Acordo Ortográfico que passou a vigorar em janeiro de 2009. Tamanho A4, com espaço entrelinhas de 1,5cm, fonte *arial*, tamanho 12, e as margens: superior e esquerda 3cm, margens inferior e direita 2cm. O arquivo da submissão deve estar no formato Microsoft Word.

Página de identificação: deve conter o *título do artigo* (máximo de 16 palavras) em português, inglês e espanhol, sem abreviaturas e siglas; *nome(s) do(s) autor(es)*, indicando no rodapé da página a função que exerce(m), a instituição a qual pertence(m), títulos e formação profissional, endereço (cidade, estado e país) para troca de correspondência, incluindo e-mail, de preferência institucional, e telefone. Se o artigo for baseado em tese ou dissertação, indicar o título, o nome da instituição e o ano de defesa.

- Citações NBR 10520:2002 - Sistema autor-data – Neste sistema, a indicação da fonte é feita: a) pelo sobrenome de cada autor ou pelo nome de cada entidade responsável até o primeiro sinal de pontuação, seguido(s) da data de publicação do documento e da(s) página(s) da citação, no caso de citação direta, separados por vírgula e entre parênteses;

Notas de rodapé – deverão ser evitadas e usadas quando extremamente necessárias. Deverão ser indicados por ordem numérica;

- Depoimentos - frases ou parágrafos ditos pelos sujeitos da pesquisa deverão seguir a mesma regra de citações, quanto a aspas e recuo (4 cm além das margens), utilizando o sistema autor data;

- Ilustrações - as tabelas, quadros e figuras devem ter um título breve, serem numeradas consecutivamente com algarismos arábicos na ordem em que forem inseridas no texto, sendo limitadas a cinco no conjunto. Exceto tabelas e quadros, todas as ilustrações devem ser designadas como figuras. As tabelas devem incluir apenas os dados imprescindíveis, evitando-se tabelas muito longas, não utilizar traços internos horizontais ou verticais, estas devem seguir os procedimentos do IBGE. As notas explicativas devem ser colocadas no rodapé das tabelas e não no cabeçalho ou título. Quando a tabela ou figura forem extraídas de outro trabalho, a fonte original deve ser mencionada.;
- Tabelas - em resolução superior a 300 dpi, colorida, em formato digital e deverão ser postadas no portal da revista como documento complementar. [Ver: estrutura e normas](#);
- Figuras (fotos, desenhos, gráficos etc) - serão publicadas sem identificação dos sujeitos, a menos que acompanhadas de permissão por escrito de divulgação para fins científicos. As figuras não devem repetir dados já descritos em tabelas;
- Apêndices e anexos - devem ser evitados.
- Agradecimentos - contribuições de pessoas que prestaram colaboração intelectual ao trabalho como assessoria científica, revisão crítica da pesquisa, coleta de dados entre outras, mas que não preencham os requisitos para participar de autoria, devem constar dos "Agradecimentos", no final do trabalho, desde que haja permissão expressa dos nomeados. Também poderão ser mencionadas, as instituições que deram apoio, assistência técnica e outros auxílios.
- Errata: após a publicação do artigo, se os autores identificarem a necessidade de errata, deverão enviá-la ao Editor da revista, por email.

Resumo: deve ser apresentado em português (resumo), inglês (*abstract*) e espanhol (*resumen*), com até 250 palavras, explicitando o objetivo da pesquisa, método, resultados e conclusões, com base na Norma NBR 6028.

Palavras-chave: devem ser indicados de três a seis palavras-chave que permitam identificar o assunto do trabalho, acompanhando o idioma dos resumos: português (Descritores), inglês (Descriptors), espanhol (Descriptores) e Francês (Mots- Clés), extraídos dos vocabulários adotados. No caso dos Descritores em Ciências da Saúde, utilizar o [DeCS](#) (Descritores em Ciências da Saúde), elaborado pela BIREME e/ou (MeSH) Medical Subject Headings, elaborado pela NLM (National Library of Medicine).

Referências: As referências dos documentos impressos e eletrônicos devem ser normalizadas de acordo com as Normas da ABNT 6023/2002 e para área de saúde.

Recomenda-se que o número de referências não ultrapasse a 20. Sugere-se incluir aquelas estritamente pertinentes à problemática abordada e evitar a inclusão de número excessivo de referências numa mesma citação. A exatidão das referências é de responsabilidade dos autores.

## NORMAS ABNT

ABNT. NBR 6022: informação e documentação – artigo em publicação periódica científica impressa – apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ABNT. NBR 6023 – informação e documentação (referências – Elaboração)

ABNT. NBR 6028: resumos. Rio de Janeiro, 1990.

ABNT. NBR 14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.(informações pré-textuais, informações textuais e informações pós-textuais)

ABNT. NBR 10520: informações e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

Para saber mais, disponível em:  
<https://periodicos.set.edu.br/humanas/about/submissions>